

**TERMO DE REFERÊNCIA**

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO (PREGÃO ELETRÔNICO) - REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA O SECADOR E MISTURADOR DA USINA DE PRODUÇÃO DE ASFALTO DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP
(À LUZ DA LEI Nº 13.303/2016)

QUADRO DE IDENTIFICAÇÕES E REVISÕES DESTE TERMO DE REFERÊNCIA			
OBJETO:		Contratação de empresa especializada para registro de preços visando a aquisição de peças para o secador e misturador da usina de produção de asfalto da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP (à luz da lei nº 13.303/2016)	
NÚMERO DO PROCESSO:		00112-00010802/2025-54	
REVISÃO:	DESCRIÇÃO:	DATA:	RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DESTE DOCUMENTO:
R0	Versão (inicial)	06/08/2025	<ul style="list-style-type: none">Maurílio Tiberi Caldas – Engenheiro Civil, matrícula: 75.118-9;Roberto Perrella – Engenheiro Civil, matrícula 74.806-4.
R1	Versão I	18/09/2025	<ul style="list-style-type: none">Maurílio Tiberi Caldas – Engenheiro Civil, matrícula: 75.118-9;Roberto Perrella – Engenheiro Civil, matrícula 74.806-4.
R2	Versão II	13/10/2025	<ul style="list-style-type: none">Edervan Gomes de Oliveira, Técnico em Edificações, matrícula 74.930-3;Maurílio Tiberi Caldas – Engenheiro Civil, matrícula: 75.118-9;Roberto Perrella – Engenheiro Civil, matrícula 74.806-4.

DIRETORIA DE OBRAS (DO)**SUMÁRIO:**

- [1. DEFINIÇÕES E SIGLAS](#)
- [2. FUNDAMENTO LEGAL](#)
- [3. DA JUSTIFICATIVA](#)
- [4. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO](#)
- [5. DAS CARACTERÍSTICAS DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E DA CONTRATAÇÃO](#)
- [6. DESCRIÇÃO DAS QUANTIDADES E VALORES](#)
- [7. DOCUMENTOS TÉCNICOS](#)
- [8. DIVERGÊNCIAS, PRIORIDADES E INTERPRETAÇÕES](#)
- [9. VISITA E CONFERÊNCIA PRELIMINAR DE DOCUMENTOS](#)
- [10. DAS PROPOSTAS](#)
- [11. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE](#)
- [12. PRAZOS, LOCAL, HORÁRIO E RECEBIMENTO DO MATERIAL](#)
- [13. HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO](#)
- [14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS](#)
- [15. DO PAGAMENTO](#)
- [16. REAJUSTAMENTO E REEQUILÍBRIO](#)
- [17. GARANTIAS](#)
- [18. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS](#)
- [19. SUBCONTRATAÇÃO](#)
- [20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE](#)
- [21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA](#)
- [22. DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO](#)
- [23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS](#)
- [24. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO](#)

25. [RECURSOS E ARBITRAGENS](#)
26. [MATRIZ DE RISCOS](#)
27. [BIBLIOGRAFIA](#)
28. [ELABORAÇÃO](#)

1. DEFINIÇÕES E SIGLAS

1.1. Definições

São apresentadas a seguir palavras chave, importantes para a compreensão deste Termo de Referência:

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: são as especificações técnicas do material a ser fornecido pela empresa contratada.

CONTRATADA: é a pessoa física ou jurídica signatária de Contrato com a Administração Pública.

CONTRATANTE: é o Órgão ou entidade signatária do instrumento contratual.

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO: declaração emitida pela Proponente de que tem pleno conhecimento das condições peculiares inerentes à natureza do objeto a ser contratado.

EXECUÇÃO INDIRETA: contratação de Órgão ou entidade da Administração Pública com terceiros.

EXECUTOR / FISCAL DO CONTRATO: empregado ou comissão de empregados da NOVACAP com qualificação técnica condizente com o objeto contratado, designado pelo Diretor da área demandante, responsável pelo acompanhamento da execução do contrato durante a sua vigência e obrigações posteriores, com dever de informar as não conformidades e indicar medidas punitivas ou corretivas a ser adotadas pelo gestor do contrato, se for o caso, e de atestar as faturas e as notas fiscais apresentadas pela CONTRATADA.

FISCALIZAÇÃO: é a atividade que deve ser realizada de modo sistemático pelo CONTRATANTE e seus prepostos, com a finalidade de verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas em todos os seus aspectos.

GESTOR DO CONTRATO: empregado com capacidade gerencial, responsável pela gestão e supervisão do contrato, considerando o que prevê o instrumento e as normas internas da NOVACAP.

CUSTO UNITÁRIO: custo para execução de uma unidade de medida do item previsto.

PREÇO UNITÁRIO: preço referente a uma unidade de medida do item previsto. É igual ao custo unitário acrescido do valor de BDI considerado para o item.

COMPOSIÇÃO DE PREÇO UNITÁRIO: detalhamento do preço unitário do item, expressando a descrição, coeficientes de consumo, custos unitários dos materiais e serviços associados (frete), impostos e BDI relativos à execução de uma unidade de medida.

BDI: percentual a ser aplicado sobre o custo da obra ou serviço, evidenciando a taxa de rateio da administração, a taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento, a taxa de lucro e os percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço, excluindo-se aqueles de natureza personalística que oneram o contratado.

PREPOSTO: pessoa física, sócio, dirigente ou empregado da CONTRATADA ou da CONTRATANTE, investido no poder de representá-lo nos atos referentes ao contrato, com designação expressa.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: é a comprovação de experiência na execução do objeto em questão.

REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS: é o instrumento normativo elaborado pelo grupo de trabalho constituído pelo Diretor-Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, por meio da Instrução nº 831/2019, de 26 de novembro de 2019, e aprovado pelo Conselho de Administração desta Companhia na solenidade da 2.506ª reunião ordinária realizada em 03 de junho de 2020.

1.2. Siglas

ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas.

BDI: Benefícios e Despesas Indiretas.

NOVACAP: Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.

RLC: Regulamento de Licitações e Contratos da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.

2. FUNDAMENTO LEGAL

2.1. A execução do Objeto deste Termo de Referência tem amparo legal disposto na seguinte legislação:

2.1.1. Constituição Federal de 1988 (Inciso XXI do artigo 37);

2.1.2. Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais);

2.1.3. Lei nº 10.406/2002 (Código Civil);

2.1.4. Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho);

2.1.5. Lei nº 12.440/2011 (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas);

2.1.6. Lei nº 9.069/1995 (Art. 28 - Reajuste anual);

2.1.7. Lei Complementar nº 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte);

2.1.8. Decreto nº 8.945/2016 (Dispõe, no âmbito federal, sobre o estatuto jurídico da empresa pública);

2.1.9. Lei Distrital nº 4.611/2011 (Dispõe sobre tratamento preferencial e simplificado nas contratações pública microempresas e Empresas de Pequeno Porte);

2.1.10. Lei Distrital nº 6.112/2018 (Dispõe sobre a implementação de Programa de Integridade em pessoas jurídicas que firmem relação contratual com a administração pública do Distrito Federal);

2.1.11. Decreto Distrital nº 35.592/2014 (Regulamenta tratamento preferencial e simplificado nas contratações públicas das microempresas e Empresas de Pequeno Porte);

2.1.12. Acórdão 1.502/2018 Plenário TCU (divulgação obrigatória do orçamento de referência);

2.1.13. Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP (RLC);

2.1.14. Parecer SEI-GDF n.º 132/2021 - NOVACAP/Pres/Dj/Decons (Reequilíbrio Econômico Financeiro).

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. Importância da Contratação

A NOVACAP é responsável por uma série de obras de infraestrutura essenciais para o Distrito Federal, abrangendo atividades como execução, conservação e manutenção de pavimentação asfáltica, operações de conservação e recuperação de vias urbanas. A contratação de uma empresa especializada para a aquisição de peças para o secador e misturador da usina de produção de asfalto da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP (à luz da lei nº 13.303/2016) é crucial para garantir a continuidade e a qualidade dessas obras.

A **disponibilidade de materiais de manutenção** evita paralisações nas obras e serviços, o que poderia resultar em atrasos significativos e custos adicionais. Esses atrasos não só afetam os cronogramas dos projetos, mas também podem causar inconvenientes para a população local e impactos negativos na mobilidade urbana.

Além disso, a contratação permite uma **melhor gestão de estoque e planejamento logístico**. Isso garante que os materiais necessários estejam sempre disponíveis quando necessários, evitando desperdícios e otimizando o uso dos recursos.

Especificamente, nos quesitos de **pavimentação asfáltica, os serviços são contínuos e diários**. Isso assegura que as obras e serviços ocorram sem interrupções, mantendo um fluxo constante de trabalho e minimizando impactos na rotina da população, quando a usina não paralisa por falta de peças de reposição.

A aquisição desses materiais por meio de um registro de preços oferece maior **segurança e previsibilidade na gestão dos recursos financeiros**, permitindo ajustes conforme as necessidades das obras e serviços. Esse método de contratação também facilita o controle orçamentário, uma vez que os preços são previamente estabelecidos, reduzindo a variação de custos durante a execução dos projetos.

3.2. Justificativa para a Aquisição de Material Essencial ao Projeto

A aquisição da quantidade estimativa de material é fundamentada nas necessidades operacionais atuais e futuras de nossos projetos.

Realizou-se um levantamento das demandas, considerando-se as previsões de consumo e a necessidade de manutenção. Identificamos que a quantidade solicitada é essencial para **assegurar a continuidade e a qualidade das operações**, evitando interrupções que possam comprometer o cronograma estabelecido.

3.3. Conformidade com Normas e Regulamentações

Adicionalmente, cumpre destacar que, conforme apontado em notificações e vistorias recentes, existem **exigências específicas do Instituto Brasília Ambiental (IBRAM) e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF)** relativas à adequação da área de produção da usina.

Essas exigências abrangem, entre outros pontos, **condições de segurança, controle ambiental, ventilação, armazenamento de insumos, sistema de combate a incêndio, e regularização documental** da estrutura. A não observância a tais exigências pode implicar **autuações, multas e até mesmo o embargo das atividades da usina**, com impacto direto na prestação de serviços essenciais de pavimentação e manutenção viária. As aquisições abrangem todas as exigências dos órgãos de controle.

Todos os materiais fornecidos devem estar em conformidade com as normas técnicas e regulamentações vigentes, garantindo a qualidade e segurança. A empresa CONTRATADA deve cumprir com todos os requisitos legais, assegurando que os materiais atendam aos padrões exigidos pela NOVACAP. A conformidade com as normas é essencial para evitar problemas futuros.

4. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

4.1. Objetivo da Contratação

4.1.1. Este termo de referência tem como objetivo a contratação de uma empresa especializada para registro de preços, visando a aquisição de peças para o secador e misturador da usina de produção de asfalto da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP (à luz da lei nº 13.303/2016)

4.2. Quantidades Estimadas dos Materiais

4.2.1. Os materiais a serem fornecidos deverão obedecer rigorosamente às especificações técnicas detalhadas, que serão fornecidas em anexo a este termo de referência. Cada tipo de material, terá suas características e padrões de qualidade especificados.

4.2.2. Estas estimativas são baseadas em análises técnicas e projeções das necessidades. A flexibilidade proporcionada pela ata de registro de preços assegura que a NOVACAP possa responder rapidamente qualquer variação na demanda, mantendo a eficiência e a qualidade das intervenções urbanas.

5. DAS CARACTERÍSTICAS DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E DA CONTRATAÇÃO

5.1. O quadro resumo abaixo foi preenchido de acordo com a **Nota Técnica 63 (176583329)**.

DEFINIÇÃO DO OBJETO	
Registro de preços para aquisição de peças destinadas ao Secador e ao Misturador da usina de asfalto da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP.	
DESCRIÇÃO	OPÇÃO
De natureza comum	X
De prestação continuada	
Eminentemente intelectual	
Possui inovação tecnológica ou técnica	
De tecnologia da informação	
Possui mão de obra exclusiva	

JUSTIFICATIVA: Conforme demanda o inciso VI do Art. 18 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap:

1 - o objeto da presente contratação possui natureza comum, visto que se trata do fornecimento de um material cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo ato convocatório, por meio de especificações usuais do mercado;

DEMANDA DA CONTRATAÇÃO

DESCRIÇÃO

OPÇÃO

Estimada

X

Definida

JUSTIFICATIVA: Trata-se de quantidade estimada pela Divisão de produção de materiais.

PARCELAMENTO DO OBJETO

DESCRIÇÃO

OPÇÃO

Parcelamento do objeto - 2 lotes: 1 para ampla concorrência e 1 para cota reservada para ME e EPP.

SIM

JUSTIFICATIVA: Deverão ser destinados as respectivas cotas reservadas às microempresas e empresas de pequeno porte, atentando -se ao estabelecidos inciso III do Art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, c/c o Art. 26 da Lei Distrital nº 4611/2011 e com o artigo 8º do Decreto Distrital nº 35.592.

MODALIDADE

DESCRIÇÃO

OPÇÃO

Procedimento licitatório eletrônico

Procedimento licitatório presencial

Pregão eletrônico

X

Pregão presencial

Dispensa de licitação

Inexigibilidade de licitação

PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS / COOPERTIVAS NA LICITAÇÃO

DESCRIÇÃO

OPÇÃO

Participação de consórcio / cooperativa

NÃO

JUSTIFICATIVA: Há justificativas suficientes para vedar a participação de consórcios / cooperativas nesta licitação. A atuação de empresas consorciadas / cvooperadas, embora possa aparentar viabilidade, acarreta riscos adicionais à gestão contratual, à clareza das responsabilidades e à efetiva fiscalização pela Administração Pública.

A ausência de restrições à participação em consórcio / cooperativa pode gerar entraves burocráticos, dificuldades de coordenação e insegurança jurídica quanto à responsabilidade de cada integrante, ainda que previstas condições de qualificação técnica no edital. Tais fatores fragilizam a execução do contrato e podem comprometer a eficiência, a economicidade e a accountability do processo licitatório.

Assim, a restrição à participação de consórcios / cooperativas é medida necessária para preservar a objetividade, a simplicidade e a segurança jurídica da contratação, assegurando que cada empresa assuma individualmente todas as obrigações técnicas, jurídicas e financeiras perante a Administração. Essa postura reforça a clareza na atribuição de responsabilidades e garante maior controle público sobre a execução do objeto, evitando riscos decorrentes de disputas ou descontinuidade da prestação contratual. (cf. Parecer 467 (180928450))

PARTICIPAÇÃO DE ME E EPP NA LICITAÇÃO

DESCRIÇÃO

OPÇÃO

Participação de microempresas e empresas de pequeno porte	X
Participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte	
JUSTIFICATIVA: Não haverá restrição à participação de micro e pequenas empresas, conforme prevê a legislação, desde que atendidas as exigências de qualificação técnica e demais condições estabelecidas no edital. Serão destinadas lotes com Cotas Reservadas para microempresas e empresas de pequeno porte que serão destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, visando atender o disposto no inciso III do Art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, c/c o Art. 26 da Lei Distrital nº 4611/2011 e com o artigo 8º do Decreto Distrital nº 35.592.	

VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO	
DESCRIÇÃO	
Conforme Resumo do Memorial Descritivo 184129839 o valor total estimado dos lotes será R\$380.961,80 (trezentos e oitenta mil novecentos e sessenta e um reais e oitenta centavos).	
JUSTIFICATIVA: Nos termos do Acórdão 1502/2018 Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória , e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no Art. 34 da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento. (grifo nosso) Assim sendo, justifica-se a publicidade da planilha estimativa, uma vez que ela será o limite referencial para apresentação das propostas durante o procedimento licitatório.	

MODO DE DISPUTA	
DESCRIÇÃO	OPÇÃO
Aberto	X
Fechado	
Combinado	
JUSTIFICATIVA: Objetivando maior transparência e competitividade durante o certame.	

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO	
DESCRIÇÃO	OPÇÃO
Menor preço	X
Maior desconto	
Melhor combinação de técnica e preço	
Melhor técnica	
Melhor conteúdo artístico	
Maior oferta de preço	
Maior retorno econômico	
Melhor destinação de bens alienados	
JUSTIFICATIVA: Visto que o Termo de Referência e o Edital já apresentam condições que são suficientes para comprovar a qualificação técnica da empresa a ser contratada, entende-se que neste caso o critério de julgamento de menor preço é o mais adequado.	

MODO DE FORNECIMENTO	
DESCRIÇÃO	OPÇÃO

Entregas parceladas / preço unitário	X
Entrega única / preço global	
Contratação semi integrada	
Contratação integrada	
JUSTIFICATIVA: Visto que se trata de um objeto cujo recebimento será parcelado, o pagamento deverá ser feito com base no preço unitário do material e na quantidade referente a cada entrega.	

5.2. Justificativas

As justificativas apresentadas a seguir visam fundamentar a necessidade e a importância das especificações técnicas e dos critérios adotados no presente documento. Estas justificativas são essenciais para assegurar que os objetivos do projeto sejam alcançados com eficiência, transparência e conformidade com as normas e regulamentações vigentes. Cada item especificado foi cuidadosamente analisado para garantir a melhor relação custo-benefício, segurança e qualidade no fornecimento dos materiais, conforme estabelecido na **Nota Técnica 63 (176583329)**.

5.2.1. Definição do objeto

5.2.1.1. Conforme disposto no inciso VI do Art. 18 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP, definimos que:

I - O objeto da presente contratação **possui natureza comum**, visto que se trata do fornecimento de um material cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo ato convocatório, por meio de especificações usuais do mercado;

II - O objeto da presente contratação **não é de natureza continuada**, visto que o objeto será contratado somente com o surgimento de demandas para o fornecimento do material;

III - O objeto da presente contratação **não é eminentemente intelectual nem de Tecnologia da informação**, visto que se trata de fornecimento de material;

IV - Não se trata de contratação de mão de obra exclusiva.

5.2.2. Demanda da contratação

Trata-se de quantidade estimada pela Divisão de Produção de Materiais.

5.2.3. Parcelamento do objeto

Visto que o objeto em questão é divisível, a divisão de lotes deve considerar a cota reservada às microempresas e empresas de pequeno porte, atendendo -se ao estabelecidos inciso III do Art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, c/c o Art. 26 da Lei Distrital nº 4611/2011 e com o artigo 8º do Decreto Distrital nº 35.592.

I - **Ampla Concorrência** - Este lote será destinado à ampla concorrência, permitindo a participação de todas as empresas interessadas e qualificadas. O objetivo é garantir a competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a NOVACAP.

II - **Cota Reservada** - Este lote será reservado exclusivamente para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte (ME e EPP). Esta medida tem como objetivo fomentar o desenvolvimento econômico local, promovendo a inclusão dessas empresas nas contratações públicas e incentivando sua competitividade no mercado.

5.2.4. Modalidade

5.2.4.1. **i)** A modalidade escolhida para a presente contratação é o **pregão eletrônico**, que será processado e julgado em conformidade com a Lei nº 13.303/16, o Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP e as disposições deste documento e do Edital. Este método visa assegurar maior transparência, eficiência e competitividade no processo de seleção da CONTRATADA, permitindo uma ampla participação de fornecedores e o acesso facilitado às informações do edital.

5.2.4.2. **ii)** O pregão eletrônico é regulamentado pelas normas vigentes e utiliza plataformas digitais para a realização de todas as etapas do processo, desde a publicação do edital até o recebimento e julgamento das propostas. Esse formato promove a desburocratização e a modernização do processo licitatório, reduzindo custos administrativos e tempo de execução.

5.2.4.3. **iii)** Serão obedecidas as disposições dos Art. 8º e 9º do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP, conforme disposto no Capítulo III - Dos Impedimentos.

5.2.4.4. **iv)** Entre as principais vantagens do pregão eletrônico estão:

I - **Acessibilidade:** Possibilita a participação de fornecedores de diferentes regiões, ampliando a concorrência e potencialmente obtendo melhores condições comerciais.

II - **Transparência:** Garante que todas as etapas do processo sejam auditáveis e que todas as ações dos participantes sejam registradas e monitoradas, assegurando a integridade e a legalidade do processo.

III - **Eficiência:** Reduz o tempo necessário para a condução da licitação, permitindo uma tramitação mais ágil e eficiente.

IV - **Economia:** Minimiza os custos operacionais e de deslocamento associados às modalidades presenciais.

5.2.4.5. A utilização do pregão eletrônico está em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela legislação, garantindo a imparcialidade e a lisura do processo, além de promover a competitividade e a igualdade de oportunidades entre os licitantes.

5.2.5. Participação da licitação

A presente licitação estabelece critérios claros e objetivos para a participação das empresas interessadas, garantindo a transparência e a competitividade do processo. O edital prevê diferentes modalidades de participação, com o intuito de fomentar a ampla concorrência e assegurar que os serviços sejam prestados com a máxima eficiência e qualidade. A seguir, detalhamos as condições de aceitação ou recusa para cada forma de participação permitida, incluindo consórcios, cooperativas, microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), bem como a possibilidade de participação exclusiva para ME e EPP:

5.2.5.1. Participação de Consórcios / Cooperativas

Não Aceitação da Participação:

I - Não será permitida a participação de consórcios / cooperativas nesta licitação, tendo em vista os riscos que tal modalidade pode trazer à eficiência, à economicidade e à transparência do processo licitatório. A formação de consórcios / cooperativas, embora possa aparentar aumento de competitividade, tende a gerar dificuldades adicionais na apuração de responsabilidades, no controle da execução contratual e na fiscalização da Administração Pública.

II - A experiência prática demonstra que a atuação conjunta de empresas distintas pode ocasionar sobreposição de funções, conflitos de interesses e fragilidades na definição de responsabilidades, o que compromete a clareza necessária à gestão e à boa execução do objeto contratual. Além disso, a exigência

de responsabilidade solidária entre consorciadas / cooperadas não elimina os entraves burocráticos e jurídicos decorrentes de litígios internos ou eventuais dissoluções do grupo, que impactam diretamente a continuidade do serviço ou da obra.

III - Portanto, a vedação à participação de consórcios / cooperativas busca preservar a simplicidade, a objetividade e a segurança da contratação, assegurando que cada empresa apresente individualmente sua capacidade técnica, jurídica e financeira. Dessa forma, a Administração Pública mantém maior controle sobre a execução, reduz riscos de disputas internas entre particulares e garante a plena responsabilização de um único contratado, sem margem para fragmentações que possam comprometer a eficiência e a accountability do processo.

5.2.5.2. O subitem 5.2.5. está em conformidade com o **Parecer 467 (180928450)**

5.2.5.3. **Participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME e EPP)**

Aceitação da Participação: A participação de microempresas e empresas de pequeno porte (ME e EPP) será permitida nesta licitação. Essa medida visa estimular a participação de pequenos negócios e promover o desenvolvimento econômico local, garantindo oportunidades iguais para todos os concorrentes.

5.2.5.4. **Participação Exclusiva de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME e EPP)**

Recusa da Participação: A presente licitação não será exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte (ME e EPP). A contratação estará aberta a empresas de todos os portes, promovendo a competição e assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para a NOVACAP.

5.2.6. **Modo de Disputa**

- i) O modo de disputa será estruturado para garantir máxima transparência e competitividade durante o certame.
- ii) **Aberto:** O modo de disputa será aberto, permitindo lances públicos e sucessivos. Todos os lances serão registrados em tempo real, garantindo transparência. A disputa continuará até que não haja novos lances por um período previamente estipulado. **O licitante com o menor lance será declarado vencedor, conforme os critérios do edital.**

5.2.7. **Critérios de julgamento**

- i) Para assegurar um processo de seleção justo e eficiente, adotaremos critérios claros e objetivos. Diante das especificações técnicas já detalhadas no Termo de Referência e no Edital, como forma de garantir a melhor relação custo-benefício para o certame.
- ii) **Menor preço:** O critério de julgamento da Licitação será o de menor preço. Considerando que o Termo de Referência e o Edital já apresentam todas as condições necessárias para comprovar a especificação técnica do material a ser fornecido pela empresa CONTRATADA, entende-se que o critério de menor preço é o mais adequado para este certame.

5.2.8. **Modo de fornecimento**

- i) O fornecimento dos materiais será realizado de maneira a garantir a eficiência e a qualidade do serviço. Todos os detalhes referentes à entrega e ao recebimento dos materiais estarão de acordo com as especificações estabelecidas no Termo de Referência e no Edital.
- ii) **Entregas parceladas / preço unitário:** O fornecimento dos materiais será realizado de forma parcelada, conforme estabelecido no Termo de Referência e no Edital. Cada entrega seguirá o critério de preço unitário, garantindo transparência e previsibilidade no custo total.

5.2.9. **Valor Total Estimado**

5.2.9.1. O valor total estimado para a contratação é de **R\$380.961,80 (trezentos e oitenta mil novecentos e sessenta e um reais e oitenta centavos).**

5.2.9.2. O custo unitário dos materiais, que constam nas tabelas do subitem 6.5 foram obtidos conforme consta no **Memorial Descritivo (184129836).**

5.2.10. **Parecer técnico**

5.2.10.1. O Parecer técnico não sigiloso tem previsão no Art. 34 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que estabelece que:

"O valor estimado do contrato a ser celebrado pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista será sigiloso, facultando-se à contratante, mediante justificação na fase de preparação prevista no inciso I do art. 51 desta Lei, conferir publicidade ao valor estimado do objeto da licitação, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas" (BRASIL. Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 01 jul. 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13303.htm>. Acesso em: 30 nov. 2024.).

5.2.10.2. Nos termos do Acórdão nº 1502/2018 Plenário TCU, que dispõe sobre licitações realizadas por empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade, e ainda, por não haver no Art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento. O Acórdão estabelece que:

"... nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no Art. 34 da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento" (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Acórdão nº 1502/2018 - Plenário. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <<https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/1502%202018/5>>. Acesso em: 30 nov. 2024.).

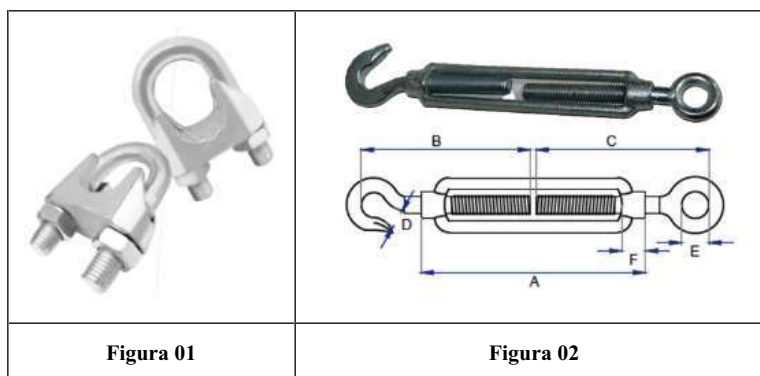
5.2.10.3. Assim sendo, justifica-se a publicidade da planilha estimativa, uma vez que ela será o limite referencial para as propostas de preço das licitantes.

6. DESCRIÇÃO DAS QUANTIDADES E VALORES

- 6.1. A quantidade estimada dos materiais e os preços unitários e totais estão definidos, conforme tabelas abaixo.
- 6.3. Os valores dos preços unitários foram obtidos do Banco de Preços, Painel de Preços e orçamentos de empresas, conforme consta no **Memorial Descritivo (184129836).**
- 6.4. O valor estimado para a contratação total é de **R\$380.961,80 (trezentos e oitenta mil novecentos e sessenta e um reais e oitenta centavos).**
- 6.5. Esta licitação será dividida em 2 (dois) lotes, um para a ampla concorrência outro para cota reservada. Segue abaixo as tabelas com os lotes.

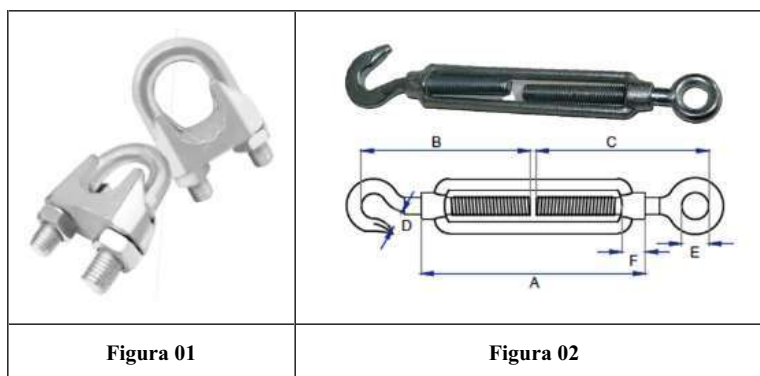
LOTE 01 - AMPLA CONCORRÊNCIA					
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Preço Total

01	Palhetas 8x4 para misturador externo de usina de asfalto com 3 parafusos arados, 3 porcas e 6 arruelas	conjunto	450	R\$105,00	R\$47.250,00
02	Braço do eixo misturador esquerdo 25028-10x1/2 com 1 parafuso, 1 porca e 2 arruelas, para misturador externo de usina de asfalto	conjunto	225	R\$167,40	R\$37.665,00
03	Braço do eixo misturador direito 25022-10 x 1/2 com 1 parafuso, 1 porca e 2 arruelas, para misturador externo de usina de asfalto	conjunto	225	R\$169,40	R\$38.115,00
04	Pá dentada do secador, em chapa de AÇO 1045, com espessura de 5/16 polegadas (8 mm) e comprimento 930 mm, conforme desenho TIPO 01	unidade	72	R\$305,24	R\$21.977,28
05	Pá lisa do secador, em chapa de AÇO 1045, com espessura de 5/16 polegadas (8 mm) e comprimento 840 mm, conforme desenho TIPO 02	unidade	72	R\$368,99	R\$26.567,28
06	Pá lisa do secador, em chapa de AÇO 1045, com espessura de 5/16 polegadas (8 mm) e comprimento 840 mm, conforme desenho TIPO 03	unidade	72	R\$376,49	R\$27.107,28
07	Pá lisa do secador, em chapa de AÇO 1045, com espessura de 5/16 polegadas (8 mm) e comprimento 840 mm, conforme desenho TIPO 04	unidade	72	R\$358,05	R\$25.779,60
08	Chapa lisa de aço 1020 SAE espessura 5mm x 3000 mm x 1220 mm	unidade	27	R\$1.794,99	R\$48.464,73
09	Chapa piso laminado a quente 1000mm x 6000mm, espessura 3mm	unidade	45	R\$1.154,16	R\$51.937,20
10	Tubo industrial em aço galvanizado chapa #16 ø2" barra de 6 metros de comprimento	unidade	45	R\$241,57	R\$10.870,65
11	Cabo de aço 1/4" (rolo de 100 metros)	unidade	1	R\$848,00	R\$848,00
12	Presilha para cabos de aço 1/4 (Figura 01)	unidade	90	R\$2,65	R\$238,50
13	Esticador gancho olhal para cabo de aço (medida 5/8 A=220; B=140; C=140; D=15; E=19; carga 270kg; aço carbono - Figura 02)	unidade	90	R\$42,00	R\$3.780,00
14	Eletrodo 3,25mm - código: 6013	Kg	45	R\$15,28	R\$687,60
15	Eletrodo 3,25mm - código: 7018	Kg	45	R\$19,98	R\$899,10
Valor Total: R\$342.187,22 (trezentos e quarenta e dois mil cento e oitenta e sete reais e vinte e dois centavos)					



LOTE 02 - COTA RESERVADA					
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Preço Total
01	Palhetas 8x4 para misturador externo de usina de asfalto com 3 parafusos arados, 3 porcas e 6 arruelas	conjunto	50	R\$105,00	R\$5.250,00
02	Braço do eixo misturador esquerdo 25028-10x1/2 com 1 parafuso, 1 porca e 2 arruelas, para misturador externo de usina de asfalto	conjunto	25	R\$167,40	R\$4.185,00
03	Braço do eixo misturador direito 25022-10 x 1/2 com 1 parafuso, 1 porca e 2 arruelas, para misturador externo de usina de asfalto	conjunto	25	R\$169,40	R\$4.235,00
04	Pá dentada do secador, em chapa de AÇO 1045, com espessura de 5/16 polegadas (8 mm) e comprimento 930 mm, conforme desenho TIPO 01	unidade	8	R\$305,24	R\$2.441,92

05	Pá lisa do secador, em chapa de AÇO 1045, com espessura de 5/16 polegadas (8 mm) e comprimento 840 mm, conforme desenho TIPO 02	unidade	8	R\$368,99	R\$2.951,92
06	Pá lisa do secador, em chapa de AÇO 1045, com espessura de 5/16 polegadas (8 mm) e comprimento 840 mm, conforme desenho TIPO 03	unidade	8	R\$376,49	R\$3.011,92
07	Pá lisa do secador, em chapa de AÇO 1045, com espessura de 5/16 polegadas (8 mm) e comprimento 840 mm, conforme desenho TIPO 04	unidade	8	R\$358,05	R\$2.864,40
08	Chapa lisa de aço 1020 SAE espessura 5mm x 3000 mm x 1220 mm	unidade	3	R\$1.794,99	R\$5.384,97
09	Chapa piso laminado a quente 1000mm x 6000mm, espessura 3mm	unidade	5	R\$1.154,16	R\$5.770,80
10	Tubo industrial em aço galvanizado chapa #16 ø2" barra de 6 metros de comprimento	unidade	5	R\$241,57	R\$1.207,85
11	Cabo de aço 1/4" (rolo de 100 metros)	unidade	1	R\$848,00	R\$848,00
12	Presilha para cabos de aço 1/4 (Figura 01)	unidade	10	R\$2,65	R\$26,50
13	Esticador gancho olhal para cabo de aço (medida 5/8 A=220; B=140; C=140; D=15; E=19; carga 270kg; aço carbono - Figura 02)	unidade	10	R\$42,00	R\$420,00
14	Eletrodo 3,25mm - código: 6013	Kg	5	R\$15,28	R\$76,40
15	Eletrodo 3,25mm - código: 7018	Kg	5	R\$19,98	R\$99,90
Valor Total: R\$38.774,58 (trinta e oito mil setecentos e setenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos)					



7. DOCUMENTOS TÉCNICOS

7.1. A documentação técnica que compõe este Termo de Referência e fará parte integrante do Contrato, valendo como se neste estivesse efetivamente transcrito, é composta dos documentos listados abaixo:

- 7.1.1. Projeto Tipos 1 a 4 (Palhetas do secador) (173225785)
- 7.1.2. Memorando 214 - Solicitação de Pesquisa de Banco de preços e Pannel de Preços (173224185)
- 7.1.3. Adendo ao Memorando 214 (173302620)
- 7.1.4. Despacho NOVACAP/ PRES/DO/ DDR/DPAP (173761426)
- 7.1.5. Relatório de Cotações - Conforme Memorando nº 214 (173765074)
- 7.1.6. Proposta de preço Empresa 01 (174124987)
- 7.1.7. Proposta de preço Empresa 02 (174125574)
- 7.1.8. Proposta de preço Empresa 03 (174604767)
- 7.1.9. Proposta de preço Empresa 04 (175029493)
- 7.1.10. Proposta de preço Empresa 05 (176316526)
- 7.1.11. Proposta de preço Empresa 06 (176353374)
- 7.1.12. Memorial Descritivo 184129839
- 7.1.13. Despacho NOVACAP/ PRES/DO/DPU/DPMA (176544395)
- 7.1.14. Nota Técnica 63 (176583329)
- 7.1.15. Ementa 177517916
- 7.1.16. Mapa de Riscos peças do secador e misturador (177381776)
- 7.1.17. Despacho (177690428) - Solicitação de dispensa da garantia
- 7.1.18. Despacho (177956843) - Autorização de dispensa da garantia
- 7.1.19. **Regulamento de Licitações e Contratos da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP (QR code):**



7.2. As especificações e descrições dos insumos ou serviços constam na documentação técnica listada acima.

8. DIVERGÊNCIAS, PRIORIDADES E INTERPRETAÇÕES

8.1. Os documentos técnicos relativos aos materiais são compostos, de forma complementar, pelos documentos mencionados no item 7. **DOCUMENTOS TÉCNICOS** deste Termo de Referência e pelos anexos do Edital.

8.2. Para fins de interpretação de divergências entre os documentos técnicos, fica estabelecido que:

8.2.1. Em caso de divergência entre as planilhas estimativas da NOVACAP e as especificações técnicas dos demais documentos elencados no item 7. **DOCUMENTOS TÉCNICOS**, prevalecerão as especificações técnicas.

8.2.2. Em caso de divergência entre os documentos elencados no item 7. **DOCUMENTOS TÉCNICOS** e este Termo de Referência, prevalecerá este último.

8.2.3. Em caso de divergência entre os documentos elencados no item 7. **DOCUMENTOS TÉCNICOS** e as Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), prevalecerão as Normas da ABNT.

8.2.4. Em caso de divergência entre este Termo de Referência e as Normas da ABNT, prevalecerão as Normas da ABNT.

8.2.5. Em caso de dúvidas quanto à interpretação das disposições contidas nos documentos elencados no item 7. **DOCUMENTOS TÉCNICOS** e neste Termo de Referência, deverão ser consultados os autores dos documentos e a fiscalização da NOVACAP.

8.2.6. Em caso de divergência entre o arquivo digital e o respectivo documento impresso anexado ao processo, prevalecerá sempre o documento impresso.

8.2.7. Em caso de divergência entre o custo unitário do serviço apresentado na planilha estimativa da NOVACAP e o custo unitário apresentado na composição de custo e preço unitário do próprio serviço, prevalecerá este último.

9. VISITA E CONFERÊNCIA PRELIMINAR DE DOCUMENTOS

9.1. Da visita:

9.1.1. Recomenda-se que a empresa proponente visite o local de entrega de materiais, objeto da contratação, a fim de verificar todos os aspectos quantitativos e qualitativos, bem como as condições necessárias para sua execução, tais como características de acesso, topografia e condições do terreno.

9.1.2. As visitas mencionadas no subitem 9.1.1. deverão ocorrer em dias úteis, até o último dia anterior à data de realização do certame.

9.1.3. As visitas deverão ser agendadas com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, considerando a necessidade de disponibilização de um profissional para acompanhamento. O horário das visitas será das 7h00 às 12h00 e das 13h00 às 15h00, de segunda a sexta-feira, pelos telefones (61) 3403-2301 ou (61) 3403-2460.

9.1.4. Todos os custos associados às visitas serão de responsabilidade exclusiva da proponente.

9.1.5. Considerando que a **vistoria/visita é facultativa**, a proponente não poderá alegar desconhecimento das condições e dificuldades existentes para se eximir das obrigações assumidas ou para justificar pedidos de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto contratado. A proponente assume a responsabilidade pelo risco de identificar, durante a execução dos serviços, problemas que não tenham sido observados em vistoria/visita prévia. Portanto, não serão aceitos pedidos de acréscimos/supressões decorrentes desse risco, devendo todas as observações e considerações necessárias para a perfeita execução da obra ser informadas à contratante antes da apresentação da proposta, nos prazos estabelecidos no edital.

9.2. Da conferência preliminar de documentos:

9.2.1. Antes da data de apresentação da proposta para o fornecimento de material, a proponente deverá:

9.2.1.1. Realizar um estudo minucioso, verificando a compatibilidade das informações, comparando as especificações, as planilhas estimativas e os demais componentes da documentação técnica que compõem este Termo de Referência.

9.2.1.2. Após a verificação preliminar, comunicar imediatamente, por escrito, ao Núcleo de Licitação (NOVACAP/PRES/NLC), dentro do prazo estabelecido no edital, apontando dúvidas e/ou irregularidades observadas, inclusive quanto a transgressões às legislações e normas vigentes, para que sejam corrigidos eventuais erros, omissões ou discrepâncias que possam comprometer o desenvolvimento da obra.

10. DAS PROPOSTAS

10.1. Da apresentação da proposta:

10.1.1. A proponente deverá considerar, para efeito da elaboração de sua proposta de preço, que os quantitativos apresentados são aqueles constantes no item 6. **DESCRIÇÃO DAS QUANTIDADES E VALORES** deste Termo de Referência. Caso seja verificada, durante a execução do objeto, a necessidade de alterações nos quantitativos previstos, estas deverão respeitar as disposições do item 19. **ALTERAÇÕES CONTRATUAIS** deste Termo de Referência.

10.1.2. Eventuais divergências detectadas pela proponente nos documentos elencados no item 7. **DOCUMENTOS TÉCNICOS** deverão ser comunicadas a esta Companhia, por escrito, dentro do prazo estabelecido no edital.

10.1.3. Após a assinatura do contrato, ficará pressuposta a concordância tácita da CONTRATADA com todos os documentos elencados no item 7. **DOCUMENTOS TÉCNICOS** e anexos ao edital, não cabendo quaisquer alegações posteriores sobre divergências entre os mesmos, nem de desconhecimento ou omissões.

10.1.3.1. A proposta de preços deverá ser aberta e em conformidade com os itens que compõem as estimativas de preços estabelecidas pela NOVACAP. Todos os detalhes devem ser minuciosamente descritos e apresentados de maneira clara, garantindo total transparência e entendimento.

10.1.3.2. A composição de preço unitário deverá expressar detalhadamente todos os insumos e serviços necessários para sua formação, incluindo materiais e serviços associados, com a discriminação dos coeficientes de consumo, unidades, custos unitários, totais e quaisquer outras informações para a composição deste;

10.1.3.3. A composição de preço unitário deverá incluir os valores dos impostos incidentes sobre o serviço, BDI e pedágio (se houver);

10.1.3.4. A composição de preço unitário deverá estar em conformidade com as respectivas descrições, unidades e totalizações apresentadas na proposta

da proponente.

- 10.1.4. O preço global da proposta deverá ser inferior ou, no máximo, igual ao valor estimado pela NOVACAP para cada lote.
- 10.2. **Dos critérios de desclassificação das propostas:**
- 10.2.1. Serão desclassificadas as propostas que contenham vícios insanáveis;
- 10.2.2. Serão desclassificadas as propostas que descumpram especificações técnicas constantes do Edital;
- 10.2.3. Serão desclassificadas as propostas que apresentem preços manifestamente inexequíveis;
- 10.2.4. Serão desclassificadas as propostas que não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela NOVACAP;
- 10.2.5. Serão desclassificadas as propostas que apresentem desconformidade com outras exigências do Edital, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes;
- 10.2.6. Serão desclassificadas as propostas que apresentem preço unitário ou global superior ao estimado pela NOVACAP;
- 10.2.7. Serão desclassificadas as propostas que apresentem preço global simbólico, irrisório ou de valor igual a zero;
- 10.2.8. Serão desclassificadas as propostas cujas composições de preço unitário estiverem em desacordo com as disposições do itens 10. **DAS PROPOSTAS:**
- 10.2.9. Serão desclassificadas as propostas cujas composições de preço unitário apresentarem itens com custos unitários simbólicos, irrisórios ou de valor igual a zero, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.
- 10.3. **Modelo de Proposta**
- 10.3.1. As propostas deverão seguir o mesmo modelo das **Estimativa de Custo e Orçamento que constam no item 6. DESCRIÇÃO DAS QUANTIDADES E VALORES**, assegurando que contenham os seguintes elementos essenciais:
- 10.3.1.1. **Descrição do Material:** a proposta deve detalhar claramente o material, tudo em conformidade com as especificações citadas neste termo de referência.
- 10.3.1.2. **Quantidade:** a proposta deve detalhar claramente as quantidades, tudo em conformidade com as especificações citadas neste termo de referência.
- 10.3.1.3. **Unidade de Fornecimento:** a proposta deve detalhar claramente a unidade de cada material, tudo em conformidade com as especificações citadas neste termo de referência.
- 10.3.1.4. **Preço unitário:** a proposta deverá detalhar o custo unitário de cada material, tudo em conformidade com as especificações citadas neste termo de referência.
- 10.3.1.5. **Preço total:** a proposta deve constar o preço total de cada material e o valor total da proposta, tudo em conformidade com as especificações citadas neste termo de referência.

11. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

11.1. **Responsabilidade Ambiental:** A empresa licitante deve cumprir com os procedimentos de proteção ambiental, responsabilizando-se pelos danos causados ao meio ambiente, nos termos da legislação pertinente e demais normas vigentes. A empresa será responsável por qualquer crime ambiental que venha a praticar, conforme definido pela legislação ambiental.

12. PRAZOS, LOCAL, HORÁRIO E RECEBIMENTO DO MATERIAL

- 12.1. **Prazos**
- 12.1.1. O prazo de vigência da **Ata de Registro de Preços** será de 1 (um) ano, improrrogável, nos termos do artigo 66 do RLC da NOVACAP.
- (...)
- Art. 66. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de, no máximo, um ano, incluídas eventuais prorrogações.
- § 1º Os contratos ou instrumentos equivalentes decorrentes do SRP deverão ser formalizados durante a vigência da ata de registro de preços.
- § 2º A prorrogação dos contratos decorrentes do SRP independe da vigência da ata e segue as regras gerais de contratos previstas neste REGULAMENTO.
- (...)
- 12.1.1.1. O prazo de vigência dos contratos resultados do processo licitatório, e consequentemente das atas de registro de preços, será de 01 (um) ano conforme previsto no Edital e no Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.
- 12.1.1.2. **O prazo de entrega dos materiais processar-se-á em até 40 (quarenta) dias corridos a partir da notificação da NOVACAP.**
- 12.1.1.3. Os pedidos serão realizado por quaisquer meios de comunicação que possam ser comprovados posteriormente, como: e-mail, ofício, carta, *WhatsApp*, mensagem de texto, mensagem de voz ou quaisquer outros meios de comunicação.
- 12.1.2. **Procedimento para Solicitação de Prorrogação de Prazo na Entrega do Material**
- 12.1.2.1. **Solicitação de Prorrogação**
- A CONTRATADA deverá redigir um documento formal para solicitar a prorrogação do prazo de entrega do material. O documento deverá apresentar justificativas claras, objetivas e fundamentadas, acompanhadas de evidências e documentos comprobatórios, sempre que aplicável, para sustentar a necessidade da extensão do prazo.
- 12.1.2.2. **Submissão ao Executor do Contrato**
- I - A solicitação de prorrogação deve ser submetida ao executor do contrato. A CONTRATADA deve encaminhar o documento de forma oficial, utilizando os canais estabelecidos no contrato para comunicação.
- II - O executor do contrato, analisará a solicitação de prorrogação e emitirá um parecer técnico sobre o assunto. Esse parecer deve considerar as justificativas apresentadas e os impactos potenciais no cronograma e na execução do contrato.
- III - O parecer técnico deve indicar claramente se o executor do contrato concorda ou não com a prorrogação solicitada. Em caso de discordância, o executor deve fundamentar a decisão com argumentos técnicos.
- 12.1.2.3. **Decisão Final:** Após a emissão do parecer técnico, o documento será analisado pela Diretoria da área onde o contrato está em execução, ou seja, área do executor do contrato, que decidirá se autoriza ou não a prorrogação. A decisão deve ser formalizada por escrito.
- 12.1.2.4. **Comunicação Oficial:** A decisão final deve ser comunicada oficialmente à CONTRATADA por meio dos canais de comunicação estabelecidos no contrato. A CONTRATADA deve confirmar o recebimento da decisão e proceder conforme as instruções fornecidas.

12.2. **Local:**

12.2.1. O local de entrega será em locais específicos que serão informados pelo executor do contrato, dentro da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, que está situada ao SAP Sul, Lote B, Brasília - DF, CEP 71.215-000.

12.2.1.1. **Coordenadas (Google):**

I - **Latitude: 15°48'53.91"S**

II - **Longitude: 47°57'21.69"O**

12.3. **Horário**

12.3.1. O horário de entrada na NOVACAP será de segunda a sexta-feira, das 07h00 às 11h30 e das 13h00 às 15h30. Antes ou após os horários estipulados não será permitida a entrada dentro da Companhia.

12.3.2. Os veículos de transporte deverão adentrar as dependências da NOVACAP exclusivamente nestes horários.

12.3.3. Entregas aos sábados, domingos e feriados somente serão aceitas se, e somente se, a NOVACAP estiver com programação de serviços para estes dias ou se houver anuência do executor do contrato juntamente com as Diretorias demandantes do material.

13. **HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO**

13.1. **Cumprimento das Normas de Segurança e Higiene do Trabalho**

13.1.1. A CONTRATADA deverá cumprir todas as exigências das normas de segurança e higiene do trabalho, fornecendo equipamentos de proteção individual (EPIs) e coletiva necessários para o desempenho de cada atividade específica. Isso inclui a todos os que trabalham ou permaneçam em áreas de risco, garantindo que esses equipamentos estejam permanentemente em condições de funcionamento, com qualidade e tecnologia adequadas. A CONTRATADA será responsável pela orientação e fiscalização da utilização destes equipamentos, devendo exigir que seus empregados, quando em serviço, utilizem todos os EPIs necessários, tais como capacetes, luvas, óculos de segurança, protetores auriculares, entre outros, observando as regras de segurança, higiene e apresentação pessoal.

13.1.2. A CONTRATADA deverá também, fornecer protetor solar aos empregados expostos ao sol na execução das obras e serviços, conforme art. 2º, § 1º, inciso I da Lei Nº 4.182 de 21 de julho de 2008 e NR 06 do Ministério do Trabalho.

13.2. **Segurança e Medicina do Trabalho**

13.2.1. A CONTRATADA deverá atender à Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, que altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à segurança e medicina do trabalho:

(...)

Art. 162 - As empresas, de acordo com as normas a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho, estarão obrigadas a manter serviços especializados em segurança e em medicina do trabalho. (SESMET)

Art. 163 - Será obrigatória a constituição de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), de conformidade com as instruções expedidas pelo Ministério do Trabalho, nos estabelecimentos ou locais de obras nelas especificadas.

(...)

13.3. **Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho**

13.3.1. A CONTRATADA deverá atender a todas as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho aprovadas, em especial:

13.3.1.1. **NR-4:** Dimensionamento do SESMET vinculado à gradação do risco da atividade principal e ao número total de empregados do estabelecimento constantes dos Quadros I e II desta norma (aplicável somente para empresas que possuam acima de 100 empregados);

13.3.1.2. **NR-5:** A CIPA será composta de representantes do empregador e dos empregados, de acordo com as proporções mínimas estabelecidas no Quadro I desta norma (aplicável somente às empresas que, para execução do contrato, necessitem dispor de mais de 20 de seus empregados);

13.3.1.3. **NR-6:** Equipamentos de Proteção Individual;

13.3.1.4. **NR-7:** Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO);

13.3.1.5. **NR-10:** Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;

13.3.1.6. **NR-12:** Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos;

13.3.1.7. **NR-15:** Atividades e Operações Insalubres;

13.3.1.8. **NR-16:** Atividades e Operações Perigosas;

13.3.1.9. **NR-18:** Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;

13.3.1.10. **NR-35:** Trabalho em Altura.

13.4. **Identificação e Apresentação dos Profissionais**

13.4.1. A CONTRATADA deverá garantir que os profissionais se apresentem dentro dos padrões de eficiência e higiene, além de EPIs adequados, inclusive calçados apropriados a cada ofício, em atendimento à NR 6.

14. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

14.1. Para a publicação da licitação e a futura celebração da Ata de Registro de Preços, **não é necessária a disponibilização imediata dos recursos orçamentários**. Isso se deve ao fato de que a ata de registro de preços serve como uma ferramenta de planejamento e organização das futuras contratações, permitindo que a CONTRATANTE faça uma estimativa dos custos sem comprometer imediatamente o orçamento disponível.

14.2. As fontes de recursos serão definidas no momento da celebração dos contratos resultantes deste certame, assegurando que os recursos financeiros necessários estarão devidamente alocados e disponíveis quando for necessária a execução dos serviços e a entrega dos materiais. Esta abordagem permite uma alocação orçamentária mais precisa e flexível, adaptando-se às necessidades reais que surgirem ao longo do processo.

14.3. No momento da formalização dos contratos específicos, a CONTRATANTE garantirá a disponibilidade dos recursos financeiros necessários, assegurando assim a conformidade com os prazos e as especificações pactuadas, e promovendo a transparência e a responsabilidade fiscal.

15. **DO PAGAMENTO**

15.1. **Pagamento**

15.1.1. **Formas, Condições e Prazos dos Pagamentos**

15.1.1.1. Os pagamentos serão efetuados conforme descrito neste item e de acordo com o que for estabelecido no Edital e no Contrato. As formas, condições e prazos para os pagamentos devem ser cuidadosamente observados pela CONTRATADA, assegurando o cumprimento das normas contratuais.

15.1.2. Procedimento para Pagamento

15.1.2.1. Após a aceitação do material por parte do executor do contrato e a apresentação da documentação exigida no Edital e/ou Contrato, o pagamento será efetuado de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal. O pagamento será realizado em parcela(s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, que deverá ser liquidada até 30 (trinta) dias após sua apresentação, desde que devidamente atestada pelo Executor do Contrato e que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação e pagamento, conforme estipulado no Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

15.1.3. Pagamento com Base em Preços Unitários

15.1.3.1. O pagamento será efetuado com base nos preços unitários contratuais, os quais representarão a compensação integral por todas as operações, incluindo transportes, materiais, perdas, mão de obra, equipamentos, encargos e eventuais necessários para o completo fornecimento do material. Esses preços unitários devem refletir todos os custos associados à entrega e à qualidade dos materiais fornecidos.

16. REAJUSTAMENTO E REEQUILÍBRIO

16.1. Reajustamento

16.1.1. Para fins de reajustamento do Contrato, deverão ser observadas as seguintes condicionantes:

16.1.1.1. **Preços Fixos em Período Inferior a Um Ano:** Em período inferior a um ano, os preços serão fixos e irrevogáveis, conforme o art. 28 da Lei 9.069/95. Esta medida visa assegurar a estabilidade dos preços durante o primeiro ano de vigência do contrato, protegendo tanto a contratante quanto a contratada de flutuações inesperadas no mercado.

16.1.1.2. Reajuste Após 12 Meses

I - O reajuste contratual será aplicado automaticamente **após o período de 12 (doze) meses, contado a partir da data da proposta da empresa (data da licitação)**. Para este reajuste, será utilizado o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, garantindo que os valores contratuais sejam atualizados conforme a inflação e outros fatores econômicos relevantes.

II - Conforme Art. 192. § 2º do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap, o reajuste será concedido automaticamente, salvo disposição em contrário entre as 81 partes ou se o atraso no prazo de execução se der por culpa da contratada.

16.1.1.3. Condições para Concessão de Reajuste

I - O reajuste só será concedido desde que a extensão no prazo de execução ou fornecimento não tenha sido motivada por ações da CONTRATADA. Caso a CONTRATADA tenha causado atrasos ou extensões no cronograma, o direito ao reajuste poderá ser invalidado, visando garantir a responsabilidade e a eficiência na execução do contrato.

16.2. Reequilíbrio Econômico-Financeiro

I - Para fins de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, deverão ser observadas as seguintes condicionantes:

16.2.1. Possibilidade de Reequilíbrio

I - O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser concedido a qualquer tempo, conforme disposto no artigo 210 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP. Esta cláusula assegura que o contrato permaneça justo e equilibrado, mesmo diante de circunstâncias imprevistas que possam afetar significativamente os custos de execução.

II - Para a concessão do reequilíbrio econômico-financeiro não basta que o contrato se torne oneroso, é necessário a superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequência incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado.

16.2.2. Documentação Comprobatória

I - Para solicitar o reequilíbrio dos preços, a CONTRATADA deverá fornecer documentos comprobatórios que caracterizem o desequilíbrio contratual. Esses documentos devem evidenciar claramente as circunstâncias que levaram ao desequilíbrio, permitindo uma avaliação justa e precisa da situação.

16.2.3. Procedimentos e Critérios

I - O pedido de reequilíbrio deve estar em conformidade com os procedimentos e critérios estabelecidos na **Instrução Normativa nº. 367/2022 - NOVACAP/PRES/ASESP (160541785)**. A observância rigorosa desses procedimentos é essencial para a validação do pedido e para garantir a transparência e a justiça no processo de reequilíbrio econômico-financeiro. Em caso de instruções ou determinações mais recentes dos órgãos de controle externo, essas normas prevalecerão sobre as anteriores.

17. GARANTIAS

17.1. Não será exigida da CONTRATADA garantia contratual, em função do Despacho (177956843) e conforme o disposto no art. 149, § 2º, do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

17.2. A responsabilidade por quaisquer acidentes durante o transporte até a entrega do material, bem como as indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos relacionados ao serviço, ainda que ocorridos fora do ambiente da NOVACAP, será exclusivamente da CONTRATADA.

17.3. A CONTRATADA ficará responsável por seguros contra acidentes pessoais dos empregados designados para a realização dos serviços.

18. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

18.1. Restrições à Modificação por Pessoas Não Autorizadas

18.1.1. Fica vedado à CONTRATADA o atendimento a qualquer solicitação de modificação, durante a vigência do contrato, proveniente de pessoas não autorizadas. Isso significa que a CONTRATADA deve desconsiderar quaisquer pedidos de alteração que não tenham sido formalmente emitidos pela autoridade competente ou pelo representante legalmente designado da NOVACAP. Esta medida visa assegurar que todas as modificações contratuais sejam devidamente controladas e autorizadas, garantindo a integridade e a transparência do processo.

18.2. Admissibilidade de Acréscimos e Supressões

18.2.1. Serão admitidos acréscimos e supressões nos serviços ou fornecimentos, desde que estejam em conformidade com a Lei 13.303/2016 e o Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP. No entanto, quaisquer solicitações de acréscimo ou supressão pela CONTRATADA não poderão corresponder a riscos alocados no mapa de riscos como sendo de responsabilidade da própria CONTRATADA. Essas modificações devem ser justificadas e aprovadas pela autoridade competente, assegurando que todas as alterações sejam devidamente avaliadas e documentadas.

18.3. Procedimento para Alterações Contratuais

18.3.1. Todos e quaisquer pedidos de alterações do contrato ou da Nota de Empenho devem ser dirigidos à autoridade responsável por sua emissão. Caberá a esta autoridade o deferimento ou indeferimento do pedido, com base em critérios técnicos e financeiros estabelecidos. A CONTRATADA deve formalizar todas as solicitações de alteração por escrito, detalhando as razões e o impacto previsto das modificações propostas.

18.4. Limites para Acréscimos e Supressões Contratuais

18.4.1. Os acréscimos ou supressões contratuais deverão seguir as diretrizes estabelecidas pelo Art. 181 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP, que estabelece:

Art. 181. A contratada poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato para os seus acréscimos.

§ 1º Nenhum acréscimo ou supressão poderá ocasionar a transfiguração do objeto originalmente contratado em outro de natureza e propósito diversos, bem como exceder os limites estabelecidos no caput, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre a NOVACAP e a contratada.

§2º As alterações contratuais não podem suprimir a vantagem econômica inicialmente obtida pela NOVACAP e, caso a alteração contratual se refira a acréscimos e supressões simultâneas, não pode haver compensação entre ambas, sob pena de desvirtuação do objeto contratado.

§ 3º Os limites de (25% ou 50%, conforme o caso) tanto para acréscimos quanto para supressões, devem ser aplicados individualmente sobre cada item contratado, observando o valor inicial do contrato, devidamente atualizado.

§ 4º Apenas os valores referentes aos reajustes e repactuações não serão considerados no cálculo dos acréscimos e supressões de que trata o caput.

19. SUBCONTRATAÇÃO

19.1. A CONTRATADA não poderá subcontratar a totalidade ou parte do objeto a ela adjudicado.

19.2. Justificativa:

19.2.1. A restrição imposta à CONTRATADA, que a impede de subcontratar a totalidade ou parte do objeto adjudicado, visa garantir a execução direta e responsável dos serviços ou fornecimentos previstos no contrato. Esta medida tem como objetivo assegurar que a empresa contratada possua capacidade técnica e operacional para cumprir integralmente as obrigações assumidas, promovendo assim a qualidade e a eficiência na entrega do objeto contratado.

19.2.2. Ao proibir a subcontratação integral ou parcial, o contratante busca evitar a diluição de responsabilidades e a transferência de riscos para terceiros que, muitas vezes, não possuem o mesmo nível de compromisso ou expertise da contratada original. Esta política é fundamental para garantir a integridade do processo licitatório e a confiança nas relações contratuais, bem como para proteger os interesses do contratante e dos beneficiários finais do serviço ou produto.

19.2.3. Além disso, a execução direta do objeto contratado pela CONTRATADA permite um maior controle e acompanhamento por parte do contratante, assegurando que os prazos, os padrões de qualidade e as condições contratuais sejam rigorosamente cumpridos. Isso contribui para a minimização de problemas como atrasos, falhas de comunicação e inconsistências na entrega dos resultados esperados.

19.2.4. Em suma, a proibição da subcontratação total ou parcial do objeto adjudicado é uma medida estratégica que visa promover a eficiência, a responsabilidade e a transparência no cumprimento das obrigações contratuais, assegurando que a CONTRATADA esteja plenamente envolvida e comprometida com a execução do contrato.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

20.1. **Recebimento do Objeto:** A CONTRATANTE deverá receber o objeto fornecido pela CONTRATADA dentro do prazo estabelecido, desde que todas as condições especificadas neste Termo de Referência e seus anexos sejam integralmente atendidas pela CONTRATADA. É responsabilidade da CONTRATANTE assegurar que o recebimento ocorra de maneira tempestiva, facilitando o cumprimento dos prazos contratuais.

20.2. **Verificação de Conformidade:** A CONTRATANTE deverá verificar a conformidade do material recebido provisoriamente com as especificações detalhadas neste Termo de Referência e na proposta apresentada pela CONTRATADA. Esta verificação é fundamental para a aceitação e recebimento definitivo do material, garantindo que todos os requisitos técnicos e qualitativos sejam cumpridos.

20.3. **Rejeição de Material Não Conforme:** A CONTRATANTE tem o direito de rejeitar, total ou parcialmente, o material entregue que não esteja de acordo com o previsto neste Termo de Referência. A rejeição deve ser devidamente documentada, especificando os motivos e as inconformidades encontradas, para que a CONTRATADA possa tomar as medidas corretivas necessárias.

20.4. **Acompanhamento e Fiscalização:** A CONTRATANTE deverá acompanhar e fiscalizar rigorosamente o cumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA. Esta fiscalização será realizada por um empregado ou comissão especialmente designada para esta função, assegurando que todas as etapas do fornecimento sejam executadas conforme planejado e dentro dos padrões de qualidade exigidos.

20.5. **Pagamento à Contratada:** A CONTRATANTE deverá efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, conforme estabelecido neste Termo de Referência e seus anexos. O pagamento será realizado no prazo e na forma definidos, garantindo a compensação financeira adequada pelos serviços prestados.

20.6. **Responsabilidade por Compromissos com Terceiros:** A NOVACAP não se responsabiliza por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, nem por qualquer dano causado a terceiros decorrente de atos da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados. A CONTRATADA é exclusivamente responsável por todas as suas obrigações e quaisquer consequências que possam advir de sua execução.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

21.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo integralmente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto. Além de cumprir essas obrigações, a CONTRATADA deve garantir a adequada execução de todos os aspectos relacionados ao contrato.

21.2. É responsabilidade e obrigação da empresa contratada acompanhar atentamente o saldo das notas de empenho emitidas. A CONTRATADA deve garantir que os valores disponíveis sejam suficientes para cobrir as despesas, evitando a prestação de serviços ou entrega de materiais sem a devida cobertura orçamentária.

21.3. A CONTRATADA deverá manter registros atualizados e comunicar prontamente à CONTRATANTE qualquer situação que possa indicar a necessidade de reemissão ou suplementação das notas de empenho, assegurando a regularidade financeira e o cumprimento das obrigações contratuais.

21.4. Realizar o transporte do material de forma adequada e efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações técnicas, no prazo e local estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos. A entrega deve ser acompanhada da respectiva nota fiscal, nota de transporte e/ou romaneio, contendo informações.

21.5. A CONTRATADA deve assegurar que o transporte seja feito utilizando veículos e métodos que preservem a integridade dos materiais, evitando danos que possam comprometer a qualidade dos produtos entregues. Além disso, deve garantir que todas as entregas sejam registradas e documentadas adequadamente para facilitar o rastreamento e a confirmação do recebimento.

21.6. A responsabilidade por quaisquer acidentes ocorridos durante o transporte e a entrega de peças e materiais será inteiramente da CONTRATADA. Isso inclui a obrigação de cobrir todas as indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros em decorrência de incidentes relacionados ao serviço contratado. É imperativo que a CONTRATADA adote todas as medidas preventivas necessárias para minimizar riscos, garantindo que tanto o transporte quanto a entrega dos materiais sejam realizados de maneira segura e eficiente. Qualquer dano ou prejuízo causado a terceiros será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, que deverá arcar com todos os custos decorrentes desses eventos.

- 21.7. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de 15 (quinze) dias, qualquer material com avarias ou defeitos imediatamente após o recebimento do comunicado da CONTRATANTE. A CONTRATADA deve estar preparada para agir rapidamente, resolvendo prontamente quaisquer problemas relacionados à qualidade dos materiais entregues. Essa ação imediata é crucial para garantir que os projetos da NOVACAP não sofram atrasos devido à falha nos materiais fornecidos. A CONTRATADA também deve manter um estoque de segurança para poder substituir itens defeituosos sem demora, minimizando o impacto.
- 21.8. Comunicar à CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, qualquer impedimento que possa impossibilitar o cumprimento do prazo de entrega previsto, fornecendo a devida comprovação. Esta comunicação deve ser feita com antecedência suficiente para que medidas alternativas possam ser consideradas e implementadas sem causar atrasos significativos.
- 21.9. A CONTRATADA deve adotar uma abordagem proativa na identificação e resolução de problemas, mantendo a CONTRATANTE informada sobre qualquer circunstância que possa afetar o andamento do contrato. A transparência e a comunicação eficiente são fundamentais para a manutenção de um relacionamento de confiança entre as partes.
- 21.10. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, assegurando que todos os requisitos legais e técnicos continuem sendo atendidos.
- 21.11. A CONTRATADA deve garantir que toda a documentação necessária esteja sempre atualizada e disponível para verificação pela NOVACAP. Isso inclui certificados de conformidade, licenças operacionais e quaisquer outras autorizações relevantes que demonstrem a capacidade contínua da CONTRATADA de cumprir suas obrigações contratuais.
- 21.12. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela NOVACAP durante a realização do contrato, garantindo transparência e uma comunicação eficaz entre as partes.
- 21.13. A CONTRATADA deve estar disponível para responder rapidamente a quaisquer dúvidas ou solicitações de informação, facilitando a resolução de questões e garantindo que todas as operações ocorram de maneira fluida e eficiente. A prontidão e a precisão nas respostas são essenciais para manter a confiança e a colaboração eficaz entre as partes envolvidas.
- 21.14. Indicar um preposto para representá-la durante a execução do contrato. Este preposto será o ponto de contato direto com a NOVACAP, responsável por acompanhar o andamento dos serviços e resolver questões operacionais, assegurando que a comunicação entre as partes seja fluida e eficaz.
- 21.15. O preposto deve possuir conhecimento técnico e experiência suficiente para lidar com todas as questões relacionadas ao contrato, garantindo que todas as decisões e ações tomadas sejam informadas e apropriadas.
- 21.16. Garantir que o material seja entregue no prazo e na quantidade solicitados pelo gestor do contrato, respeitando todas as condições acordadas. A pontualidade e a precisão na entrega são essenciais para o bom andamento das atividades da NOVACAP.
- 21.17. Recolher, às suas expensas, o material recusado pelo gestor do contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, impreterivelmente, assegurando que qualquer inconformidade seja rapidamente resolvida para não impactar o cronograma das obras.
- 21.18. Fornecer a composição de custo/preço detalhada do produto em questão, conforme especificado, garantindo transparência nos valores cobrados. Esta informação deve ser clara e detalhada, permitindo uma avaliação precisa por parte da NOVACAP.
- 21.19. A CONTRATADA deve estar preparada para justificar todos os componentes dos preços apresentados, garantindo que os valores cobrados estejam de acordo com as práticas de mercado e com os termos contratuais acordados.
- 21.20. Formalizar, no início do contrato, junto ao gestor do contrato, os telefones e/ou outros meios de comunicação para a realização do pedido de material. Estes meios podem incluir e-mail, ofício, carta, WhatsApp, mensagem de texto, mensagem de voz ou quaisquer outros que possam ser comprovados posteriormente, facilitando a comunicação e a gestão dos pedidos.
- 21.21. A CONTRATADA deve assegurar que todos os canais de comunicação estejam operacionais e monitorados regularmente, garantindo que todas as mensagens sejam recebidas e respondidas prontamente.
- 21.22. Cumprir rigorosamente os procedimentos de proteção ambiental, responsabilizando-se pelos danos causados ao meio ambiente, nos termos da legislação pertinente e demais normas vigentes.
- 21.23. A CONTRATADA responderá por qualquer crime ambiental que venha a praticar, conforme estabelecido pela legislação ambiental. É imprescindível que a CONTRATADA adote práticas sustentáveis e minimize impactos ambientais negativos. Além disso, a CONTRATADA deve implementar programas de treinamento ambiental para seus funcionários e garantir que todas as operações estejam em conformidade com as melhores práticas de sustentabilidade.
- 21.24. Garantir que todos os materiais fornecidos estejam em conformidade com os padrões de qualidade exigidos e especificados no contrato.
- 21.25. A CONTRATADA deverá fornecer certificados de qualidade e conformidade quando solicitado pela NOVACAP e sempre que couber, assegurando a entrega de materiais de alta qualidade.
- 21.26. Manter atualizados todos os documentos relacionados ao contrato, incluindo licenças, certificados e autorizações, e disponibilizá-los à NOVACAP sempre que solicitado.
- 21.27. A CONTRATADA deve garantir que toda a documentação necessária esteja sempre em ordem e prontamente acessível.
- 21.28. Garantir que todos os procedimentos de segurança sejam rigorosamente seguidos durante o transporte e entrega dos materiais, minimizando riscos de acidentes e danos. A segurança deve ser uma prioridade em todas as etapas do processo.
- 21.29. A CONTRATADA deve implementar programas de treinamento de segurança para seus funcionários, assegurar que todos os equipamentos e veículos utilizados no transporte estejam em condições seguras de operação, e monitorar continuamente a conformidade com as normas de segurança aplicáveis.
- 21.30. Estabelecer canais de comunicação eficientes com a NOVACAP para facilitar a troca de informações e a resolução de problemas de forma rápida e eficaz.
- 21.31. A CONTRATADA deve estar disponível para contato e pronta para responder a quaisquer solicitações ou questões da NOVACAP. A comunicação clara e eficiente é essencial para a coordenação das atividades e a resolução de quaisquer problemas que possam surgir durante a execução do contrato.
- 21.32. Fornecer suporte técnico à NOVACAP quando necessário, para esclarecer dúvidas ou resolver questões relacionadas ao fornecimento dos materiais contratados.

22. DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO

22.1. Inexecução do Contrato

22.1.1. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão, com todas as consequências contratuais e legais previstas em Lei e no Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP. A inexecução pode decorrer de diversas situações, como falhas na execução dos serviços, descumprimento de cláusulas contratuais, atrasos injustificados, entre outras, comprometendo a realização do objeto contratado e a relação de confiança entre as partes.

22.2. Motivos para Rescisão

22.2.1. Os motivos que podem levar à rescisão do contrato são diversos e estão claramente delineados no Art. 248 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP, mas não se limitam a eles. Primeiramente, a falta de cumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA pode ser um motivo significativo para a rescisão. Isso inclui qualquer descumprimento dos termos acordados no contrato, seja por falhas na execução dos serviços, fornecimento de materiais fora das especificações ou não atendimento aos prazos estipulados.

22.3. **Procedimentos para Rescisão**

22.3.1. A rescisão do contrato será formalizada e reduzida a termo, conforme o Art. 249 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP, *litteris*:

Art. 249. A rescisão do contrato será efetivada e reduzida a termo:

- I - por ato unilateral e escrito de qualquer das partes, nas hipóteses previstas no artigo anterior;
- II - de forma amigável, por acordo entre as partes.

22.4. **Consequências da Rescisão Unilateral**

22.4.1. As consequências decorrentes da rescisão por ato unilateral da NOVACAP são apresentadas no Art. 250 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP, *litteris*:

Art. 250. A rescisão por ato unilateral da NOVACAP acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste REGULAMENTO:

- I - execução da garantia contratual, para ressarcimento dos prejuízos e dos valores das multas e indenizações a ela devidos pela contratada;
- II - na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à NOVACAP.

Ainda assim a contratada estará sujeita a:

22.5. **Aplicação de Penalidades**

22.5.1. A CONTRATADA poderá ser sujeita à aplicação de penalidades contratuais, como multas, suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração pública por um período determinado.

22.6. **Indenizações**

22.6.1. A CONTRATADA poderá ser responsabilizada pelo ressarcimento de prejuízos causados à NOVACAP e a terceiros, decorrentes da inexecução contratual, incluindo custos adicionais incorridos pela administração para concluir o objeto do contrato.

22.7. **Procedimentos Adicionais**

22.7.1. Em caso de rescisão do contrato, a NOVACAP deve seguir os procedimentos estabelecidos no Regulamento de Licitações e Contratos, garantindo a formalização adequada de todos os atos, a comunicação às partes interessadas e a execução das medidas necessárias para resguardar os direitos e interesses da administração pública.

23. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

23.1. **Das Sanções**

23.1.1. **Notificação de Ocorrências**

23.1.1.1. Todas as ocorrências que possam resultar em sanções contra a CONTRATADA deverão ser precedidas de uma notificação formal por parte da NOVACAP. Essa notificação deve informar detalhadamente a falha e/ou descumprimento que esteja em desacordo com o Termo de Referência, seus anexos, o Edital e o **Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP**. A notificação deve ser clara, específica e fornecer à CONTRATADA a oportunidade de corrigir o problema ou apresentar sua defesa dentro de um prazo razoável, conforme consta no Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

23.1.2. **Sanções por Descumprimento**

23.1.2.1. O não cumprimento das obrigações estabelecidas no Termo de Referência, seus anexos, Contratos e Edital, bem como no Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP, sujeitará a CONTRATADA, garantido o direito à prévia defesa, conforme art. 251 Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP, *litteris*:

(...)

Art. 251. São sanções aplicáveis pela NOVACAP:

I – advertência;

II – multa;

III - suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a NOVACAP, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

§ 1º A reincidência de atos ensejadores da sanção de advertência poderá acarretar a aplicação de penalidade de suspensão.

§ 2º A aplicação de multa não impede que a NOVACAP rescinda o contrato e aplique outras sanções previstas neste REGULAMENTO.

§ 3º O valor da multa aplicada após regular processo administrativo será descontado da garantia prestada pela contratada.

§ 4º Configurada a hipótese de ser o valor da multa aplicada superior ao valor da garantia prestada pela contratada, esta responderá pelo pagamento da diferença do valor apurado que poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela NOVACAP, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

§ 5º O não pagamento da multa aplicada pela contratada implicará na aplicação da sanção de suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a NOVACAP, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

§ 6º As sanções previstas nos incisos I e III do caput poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

§ 7º O prazo da sanção prevista no inciso III do caput terá início a partir da publicação do ato no Diário Oficial do Distrito Federal.

§ 8º A sanção prevista no inciso III do caput implica durante a sua vigência na suspensão do registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.

§ 9º A reincidência da prática de atos puníveis com a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a NOVACAP, ocorrida em período inferior a 2 (dois) anos a contar do término da primeira punição, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

(...)

23.1.3. **Reincidência de Atos Infracionais**

23.1.3.1. A reincidência de atos que tenham levado à aplicação da sanção de advertência poderá resultar na aplicação de penalidade de suspensão. Isso reforça a necessidade de a CONTRATADA corrigir imediatamente quaisquer práticas inadequadas e evitar a repetição das mesmas.

23.1.4. **Aplicação de Multa e Outras Sanções**

23.1.4.1. A aplicação de multa não impede que a NOVACAP rescinda o contrato e aplique outras sanções previstas no Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP. A combinação de sanções pode ser necessária para assegurar o cumprimento das obrigações contratuais e proteger os interesses da

NOVACAP.

23.1.5. **Pagamento de Multas**

23.1.5.1. Se uma multa for aplicada, a CONTRATADA deverá arcar com o pagamento do valor apurado. Esse valor poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela NOVACAP à CONTRATADA ou, quando for o caso, cobrado judicialmente. A CONTRATADA deve ser notificada formalmente sobre o valor da multa e os prazos para seu pagamento.

23.1.6. **Consequências do Não Pagamento da Multa**

23.1.6.1. Configurada a hipótese do valor da multa a ser aplicada, o contratado responderá pelo pagamento do valor apurado que poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela NOVACAP, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

23.1.6.2. O não pagamento da multa aplicada pela CONTRATADA implicará na aplicação da sanção de suspensão temporária de participação em licitações e de impedimento de contratar com a NOVACAP, por um prazo não superior a 2 (dois) anos. Esta sanção adicional visa assegurar que a CONTRATADA cumpra suas obrigações financeiras.

23.1.7. **Combinação de Sanções**

23.1.7.1. As sanções previstas para os procedimentos de advertência e multa podem ser aplicadas juntamente com o procedimento de suspensão. A defesa prévia do interessado no respectivo processo deve ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis, permitindo que a CONTRATADA tenha a oportunidade de se manifestar e apresentar suas justificativas.

23.1.8. **Início da Suspensão**

23.1.8.1. O prazo da sanção de suspensão terá início a partir da publicação do ato no Diário Oficial do Distrito Federal. Esta medida assegura a transparência e a publicidade do processo sancionatório.

23.1.9. **Efeitos da Suspensão**

23.1.9.1. A sanção de suspensão implica, durante sua vigência, na suspensão do registro cadastral da CONTRATADA, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral. Este efeito visa limitar a capacidade da CONTRATADA de participar em novas licitações e contratos, reforçando a importância do cumprimento das obrigações contratuais.

23.1.10. **Agravamento da Sanção por Reincidência**

23.1.10.1. A reincidência de atos puníveis com a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a NOVACAP, ocorrida em período inferior a 2 (dois) anos a contar do término da primeira punição, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada. Esta medida visa desestimular a repetição de infrações e assegurar o cumprimento das normas contratuais.

23.2. **Da Descrição da Multa**

23.2.1. **Tipos de Multa**

23.2.1.1. As multas aplicáveis podem ser moratórias e/ou compensatórias como consta no Art. 259 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP, *ipsis litteris*:

(...)

Art. 259. A multa será moratória e/ou compensatória, conforme os seguintes percentuais:

I – 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II – 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato ou da nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela NOVACAP, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato ou da nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;

V – até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato ou da nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

(...)

24. **DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO**

24.1. A verificação do fornecimento dos materiais será realizada para garantir que estes estejam em conformidade com o contrato, respeitando-se o princípio de segregação das funções.

24.2. Esta fiscalização será conduzida por um ou mais representantes designados pela CONTRATANTE, de acordo com o Regulamento de Licitações e Contratos (RLC) da NOVACAP e a Lei nº 13.303/2016.

24.3. Os representantes da CONTRATANTE devem possuir a qualificação adequada para acompanhar, conferir e realizar o recebimento definitivo dos materiais.

24.4. A aceitação final dos materiais será baseada nos critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

24.5. Caso a CONTRATADA não cumpra total ou parcialmente as suas obrigações e responsabilidades, serão aplicadas as sanções administrativas previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, conforme os artigos 252 a 262 do RLC da NOVACAP.

24.6. Durante a execução do contrato, o fiscal ou executor designado deverá monitorar a entrega dos materiais, garantindo que a qualidade e a conformidade estejam de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

24.7. A fiscalização mencionada nesta cláusula não exime a CONTRATADA de suas responsabilidades, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades, incluindo defeitos técnicos, vícios redibitórios ou uso de materiais inadequados ou de qualidade inferior. Em tais casos, a CONTRATANTE e seus agentes, gestores e fiscais não serão corresponsáveis, conforme o art. 76 da Lei nº 13.303/2016.

25. **RECURSOS E ARBITRAGENS**

25.1. **Recursos no âmbito da NOVACAP**

25.1.1. Os recursos deverão seguir o que dispõe o RLC (arts. 120 a 126) e a Instrução 001 (137698953), conforme Parecer 467 (180928450). Assim, somente serão admitidos nas hipóteses previstas no regulamento, observando-se os prazos específicos, a autoridade competente para julgamento e a possibilidade de apresentação de contrarrazões. Não caberá recurso genérico no contrato, devendo todo o procedimento respeitar as regras já estabelecidas pela NOVACAP.

25.2. Procedimento para Interposição de Recursos

25.2.1. A CONTRATADA deverá formalizar o recurso por escrito, detalhando os motivos da contestação e apresentando as evidências e argumentos necessários para a reavaliação da decisão. O recurso deverá ser protocolado junto à CONTRATANTE, que designará uma comissão ou representante para analisar o pleito.

25.3. Análise e Decisão

25.3.1. A CONTRATANTE analisará o recurso interposto pela CONTRATADA e tomará uma decisão fundamentada, levando em consideração os argumentos e evidências apresentados. A decisão será comunicada à CONTRATADA de forma oficial, e esta deverá acatar a determinação ou, se necessário, buscar outras instâncias de resolução.

25.4. Resolução de Conflitos

25.4.1. Na hipótese de persistirem divergências após a decisão sobre o recurso, as partes poderão recorrer aos órgãos de controle e supervisão competentes, de acordo com a legislação aplicável às empresas públicas.

26. MATRIZ DE RISCOS

26.1. O **mapa de risco** na aquisição de materiais pela administração pública é uma ferramenta de análise utilizada para identificar, avaliar e mitigar os riscos envolvidos no processo de compras governamentais. Ele permite prever dificuldades que podem comprometer a efetividade da contratação e o alcance dos resultados esperados.

26.2. Esse documento deve conter a identificação dos principais riscos, considerando sua natureza e impacto, além de medidas preventivas e ações de contingência para minimizar possíveis problemas. O gerenciamento de riscos ocorre em todas as fases do processo, desde o planejamento da contratação até a gestão do contrato.

26.3. O mapa de risco está disponível no Doc. SEI GDF **Mapa de Riscos peças do secador e misturador (177381776)**, em formato PDF, garantindo a integridade das informações devido à sua extensão e nível de detalhamento, conforme especificado, também, no item 7. **DOCUMENTOS TÉCNICOS**, deste Termo de Referência.

27. BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponibilizado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm (acesso em: 18/03/2021).

BRASIL. Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 1995. Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponibilizado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8945.htm (acesso em: 18/03/2021).

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponibilizado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm (acesso em: 18/03/2021).

BRASIL. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Disponibilizado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm (acesso em: 18/03/2021).

BRASIL. Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995. Art. 28 estabelece reajuste anual para contratos. Disponibilizado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19069.htm (acesso em: 18/03/2021).

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponibilizado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm (acesso em: 18/03/2021).

BRASIL. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Disponibilizado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110520.htm (acesso em: 18/03/2021).

BRASIL. Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011. Instituir a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas. Disponibilizado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112440.htm (acesso em: 18/03/2021).

BRASIL. Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponibilizado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113303.htm (acesso em: 18/03/2021).

DISTRITO FEDERAL (Brasil). Lei nº 4.611, de 09 de agosto de 2011. Regulamenta no Distrito Federal o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais. Disponibilizado em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/69028/Lei_4611_09_08_2011.html. (acesso em: 15/07/2021).

DISTRITO FEDERAL (Brasil). Lei nº 6.112/2018, de 02 de fevereiro de 2018. Dispõe sobre a implementação de Programa de Integridade em pessoas jurídicas que firmem relação contratual de qualquer natureza com a administração pública do Distrito Federal. Disponibilizado em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/3bf29283d9ea42ce9b8feff3d4fa253e/Lei_6112_02_02_2018.html. (acesso em: 15/07/2021).

DISTRITO FEDERAL (Brasil). Decreto nº 32.598/2010, de 15 de dezembro de 2010. Aprova as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponibilizado em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/77172/Decreto_35592_02_07_2014.html. (acesso em: 18/03/2021).

DISTRITO FEDERAL (Brasil). Decreto nº 35.592, de 2 de julho de 2014. Regulamenta o tratamento preferencial e simplificado nas contratações públicas das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais. Disponibilizado em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/77172/Decreto_35592_02_07_2014.html. (acesso em: 18/03/2021).

DISTRITO FEDERAL (Brasil). Decreto nº 39.103, de 6 de junho de 2018. Regulamenta, no âmbito do Distrito Federal, o Sistema de Registro de Preços. Disponibilizado em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/9540b9b3b6a54ae6877c1326b04d4fd9/Decreto_39103_06_06_2018.html. (acesso em: 18/03/2021).

DISTRITO FEDERAL (Brasil), Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - Unidade de Administração Geral. Cartilha do Executor de Contrato / Unidade de Administração Geral – Brasília: SEPLAG, 2010. Revisada. 62p. 1. Execução de Contrato. I. Título Disponibilizado em: http://www.seplag.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/Manual_Suag_cartilha-executor.pdf (acesso em 18/03/2021).

NOVACAP, Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. Regulamento de Licitações e Contratos. Instrumento normativo elaborado pelo grupo de trabalho, constituído pelo Diretor-Presidente da NOVACAP, por meio da Instrução nº 831/2019, de 26 de novembro de 2019, e aprovado pelo Conselho de Administração desta Companhia na solenidade da 2.506ª reunião ordinária realizada em 03 de junho de 2020. Disponibilizado em: <http://www.novacap.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/08/Regulamento-de-Licita%C3%A7%C3%B5es-e-Contratos-21-07-2020.pdf> (acesso em 18/03/2021).

TCU, Tribunal de Contas da União. Decisão Normativa nº 1.502/2018, de 30 de outubro de 2012. Dispõe que sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória. Disponibilizado

28. **ELABORAÇÃO**

- Maurílio Tiberi Caldas – Engenheiro Civil, matrícula: 75.118-9 - DPMA/DPU/DO
- Roberto Perrella – Engenheiro Civil, matrícula 74.806-4 - DPMA/DPU/DO



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO PERRELLA - Matr.0074806-4, Engenheiro**, em 13/10/2025, às 08:46, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **EDERVAN GOMES DE OLIVEIRA - Matr.0074930-3, Técnico em Edificações**, em 13/10/2025, às 08:54, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MAURILIO TIBERI CALDAS - Matr.0075118-9, Chefe da Divisão de Produção de Material**, em 13/10/2025, às 08:54, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **GIANCARLO FERREIRA MANFRIM - Matr.0074907-9, Chefe do Departamento de Urbanização**, em 14/10/2025, às 14:34, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **184129836** código CRC= **6CF4D03B**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s):
Sítio - www.novacap.df.gov.br